



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

Recentemente, ocorreram incêndios em dois edifícios altos, que destruíram gravemente algumas fracções autónomas. Com os esforços dos bombeiros, os incêndios foram apagados a tempo, e não se registaram feridos graves. Contudo, o perigo e a lição decorrentes desses sinistros merecem a nossa atenção, especialmente porque as operações de salvamento foram prejudicadas devido à avaria dos elevadores, aumentando a dificuldade em extinguir as chamas. Os referidos incidentes chocaram a sociedade e voltaram a fazer soar o alarme da segurança dos elevadores e da segurança contra incêndios dos edifícios.

Com o rápido desenvolvimento social, são cada vez mais os edifícios altos, no entanto, a legislação não consegue acompanhar os tempos, o que acaba por resultar em muitas lacunas nos regimes. O Regulamento de segurança contra incêndios, que se destina a fortalecer a segurança contra incêndios, foi aprovado em 1995, portanto, já há muito que se encontra desactualizado. Após o incêndio de 2003 no Bairro da Ilha Verde, as autoridades afirmaram publicamente que iam avançar com a revisão do referido Regulamento, e que iam lançar o documento de consulta em 2009. Já se passaram quase dez anos, e ainda não se conseguiu entregar a proposta de revisão à Assembleia Legislativa, ou seja, nem sequer há data para entrar em processo legislativo. Para além disso, as instruções sobre os elevadores, lançadas em 2013, não são vinculativas, portanto, é como se fossem inexistentes, logo, a fiscalização



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

é insuficiente. De facto, os trabalhos de reparação e manutenção não são satisfatórios em muitos edifícios, daí a existência de perigos potenciais de incêndio.

Segundo sabemos, em muitos edifícios, as portas corta-fogo estão sempre abertas, os caminhos de evacuação estão obstruídos, e os equipamentos contra incêndio estão velhos e obsoletos, portanto, caso ocorra algum incêndio, as consequências são inimagináveis. De acordo com a legislação em vigor, se o Corpo de Bombeiros, responsável pela inspecção aos edifícios, verificar que existem problemas de segurança, só pode fazer advertências, não tem poder para aplicar a lei, ou seja, não pode aplicar sanções, o que diminui consideravelmente a eficácia da remoção dos perigos potenciais de incêndio, e dificulta o apuramento de responsabilidades em caso de acidente.

A segurança contra incêndios dos edifícios tem implicações para milhares de famílias, portanto, para além de reforçar as técnicas e a consciência dos cidadãos sobre a prevenção de incêndios, é também necessário melhorar constantemente a legislação e os regulamentos. Só com a criação de uma boa rede comunitária é que é possível aumentar a eficácia dos trabalhos de salvamento e protecção em caso de incêndio, e implementá-los de forma ordenada, com vista à construção de uma comunidade segura.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Os trabalhos de revisão do Regulamento de segurança contra incêndios abrangem vários aspectos, tais como, a segurança contra incêndios dos edifícios, a revitalização dos edifícios industriais, a fiscalização dos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

mini-armazéns, o aumento da eficiência no licenciamento de estabelecimentos industriais e comerciais, etc. Segundo as autoridades, a revisão do Regulamento de segurança contra incêndios foi adiada devido à sua complexidade e à necessidade de auscultar as opiniões dos diversos serviços públicos. Então, em que fase se encontra essa revisão? Os trabalhos de revisão foram adiados várias vezes. Quais foram então os obstáculos?

2. O reforço da segurança contra incêndios dos edifícios exige mesmo a participação e a colaboração dos cidadãos. No âmbito da resposta aos incêndios ou incidentes inesperados em edifícios, o que é que as autoridades vão fazer para elevar a consciência dos cidadãos sobre a — segurança? E de que medidas complementares e de apoio dispõem para reforçar a formação e a capacidade técnica dos profissionais respectivos?

15 de Junho de 2018

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Song Pek Kei**